

CAIXA

Promoção por Mérito: acréscimo de 2,31% sobre salários é conquista dos empregados

Com o crédito efetuado em janeiro, são três meses a mais de salário com o reajuste, injetando R\$360 milhões nos bolsos dos bancários até o final de 2025

Os bancários da Caixa Econômica Federal conquistaram um avanço importante nas negociações com o banco sobre a Promoção por Mérito: a partir de janeiro, as empregadas e os empregados terão um aumento em média, de 2,31% em seus rendimentos mensais, graças à aprovação da proposta construída pelo Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do banco e dos trabalhadores e a pressão dos sindicatos e da CEE (Comissão Executiva dos Empregados) sobre a direção da empresa.

Em 2025, será distribuído um delta (valor da escala de referência de carreira) de forma linear para todo o pessoal elegível. Com isso, até o final do ano, aproximadamente R\$ 360 milhões vão para os bolsos dos trabalhadores e serão injetados na economia do país.

O valor deve ser creditado até 31 de janeiro, retroativo ao primeiro dia do ano, a não ser que haja algum problema operacional. Neste caso, o aumento se dará a partir de fevereiro. Em anos anteriores, a promoção por mérito foi creditada somente a partir da folha de abril. Com o crédito efetuado em janeiro, são três meses a mais de salário com o reajuste. A estimativa é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), levando em conta a quantidade de empregados promovidos em 2023, o acréscimo médio de 2,31% sobre os salários e o pagamento dos deltas a partir de janeiro de 2025.

Os representantes dos trabalhadores reivindicaram ainda que a Universidade Caixa crie um curso que trate sobre a importância do papel social

Foto: Nando Neves



José Ferreira, Rogério Campanate e Carla Guimarães na assembleia da Caixa, durante a campanha salarial 2024: promoção por mérito e outros itens continuaram a ser discutidos com a empresa

do banco na execução de políticas públicas que beneficiam milhões de brasileiros.

A Caixa se comprometeu a levar a proposta para a equipe da Universidade.

Outra reivindicação foi no sentido de instruir os gestores da rede sobre a necessidade de respeito ao tempo do período de formação dos bancários, em horário de expediente, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O movimento sindical sugeriu ainda que a realização de cursos pelos empregados seja considerada um critério de pontuação da unidade.

AVALIAÇÃO POSITIVA

O Sindicato do Rio também avaliou como muito positivo o resultado das negociações sobre o tema.

"O resultado do GT da Promoção por Mérito para 2025 foi bastante positivo. Diferente de outros anos, se garantiu a aplicação já em janeiro, o que significa um ganho de pelo menos 3 meses. O ganho de 2,31% tem impacto direto para uma parcela importante dos empregados e há ainda uma outra parcela (aqueles que recebem o CTVA) que terá reflexos na contribuição para Funcef", explicou o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira.

"Entendemos que foi uma boa construção com a empresa, que ouviu os apontamentos realizados pelos representantes dos empregados: distribuição de 1 delta linear para todos os empregados que não possuem impedimentos em razão da falta de tempo hábil para se atribuir qualquer critério ainda em 2024, além do retorno do

pagamento para o mês de janeiro", destacou o diretor do Sindicato do Rio e representante da CEE-Caixa, Rogério Campanate.

Quanto aos empregados que tiveram mudança de lotação, o critério de distribuição do segundo delta em 2025 para empregados lotados em unidades com resultado maior que 100 a Caixa levará em conta a unidade de lotação em 31 de dezembro de 2025 ou a unidade de lotação onde o empregado permaneceu mais tempo no exercício, o que for melhor. Os empregados que não possuem função de confiança, o delta (média de 2,31%) somado ao reajuste obtido nas negociações coletivas (4,64%) totaliza um reajuste próximo de 7%.

O GT contou com a participação também da diretora do Sindicato do Rio, Sonia Eymard.

Nesta terça (10) tem manifestação contra a anistia para os golpistas

As centrais sindicais e entidades do movimento social participam nesta terça-feira (10), de uma manifestação em defesa da democracia e contra a anistia para os organizadores e participantes da tentativa de golpe de

janeiro de 2023.

A mobilização acontece em nível nacional. No Rio, o ato começa às 16h, no Largo da Carioca seguido de passeata até a Praça XV, onde haverá intervenções de lideranças políticas e sindicais

e expressões culturais.

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro participará da mobilização.

A atividade é organizada pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.



BOA NOTÍCIA**Iisenção no IR**

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que a isenção do pagamento de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês tem o poder de injetar na economia brasileira R\$ 35 bilhões. O dado foi divulgado em primeira mão ao Portal CUT pela diretora-técnica do órgão, Adriana Marcolino.

Segundo o levantamento do Dieese, a proposta de alteração no imposto de renda apresentada pelo governo Lula irá elevar o poder de compra de 36 milhões de brasileiros e o impacto para a macroeconomia também será muito positivo. O aumento do consumo deve aquecer a economia, gerar mais empregos e renda, além de mais arrecadação para os governos, em nível federal, estaduais e municipais.

A medida, claro, agradou aos trabalhadores, mas não ao mercado financeiro, que aposta em políticas recessivas, como ocorre hoje na Argentina, cuja economia encolheu, e em mais cortes que tragam prejuízos para a classe trabalhadora. Por isso, o mau humor do mercado em relação às medidas de ajuste fiscal anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Vitória no TRT garante direitos de funcionários do HSBC incorporados pelo Bradesco

Os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) atenderam por unanimidade ao recurso do Sindicato, determinando ao Bradesco que ponha em prática todos os direitos dos funcionários originários do HSBC Bank, incorporado pelo Bradesco. A decisão tornou nula a sentença da primeira instância (73ª Vara do Trabalho) que rejeitou a ação elaborada pelo advogado Márcio Cordero, assessor jurídico da diretoria do Sindicato, considerando que foram revogados os direitos anteriores à incorporação, aceitando o argumento do Bradesco de que o novo contrato teria direitos superiores. O Bradesco ainda poderá recorrer.

Leuver Luldoff, diretor do Sindicato e integrante da Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco, que foi bancário do HSBC, comemorou a decisão. “Se fez justiça. Foi fundamental conseguirmos manter nossos direitos retirados pelo Bradesco. É uma vitória a manutenção de direitos como, por exemplo, o auxílio educação, o plano de cargos e salários e o seguro de vida”, lembrou.

Para o advogado do caso, Márcio Cordero, trata-se de importante decisão para os bancários oriundos do HSBC que perderam



inúmeros benefícios na época da sucessão pelo Bradesco. A primeira instância entendeu que a questão estava resolvida porque os empregados assinaram um termo tomando conhecimento da revogação dos direitos que tinham no HSBC e porque se houve redução de direitos teria havido também compensação.

O voto da relatora – O voto da relatora do TRT, desembargadora Dalva Amélia de Oliveira, seguido pelos demais desembargadores, no entanto, acolheu o entendimento do Sindicato de que o banco revogou unilateralmente os benefícios previstos nas normas internas do HSBC, benefícios esses que haviam aderido aos contratos de trabalho dos funcionários do banco incorporado, o que viola os termos

da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Sindicato sustentou, ainda, que o Bradesco não ofereceu aos empregados oriundos do HSBC a opção de permanecer sob a égide do regulamento antigo, apenas lhes cientificando de sua revogação.

Sendo assim, a relatora acolheu em parte o recurso. “Por conseguinte, dou parcial provimento ao recurso para declarar a nulidade da revogação unilateral das políticas de recursos humanos do HSBC, promovida pelo banco-réu (o Bradesco), mantendo o direito adquirido dos funcionários egressos do banco incorporado aos benefícios e vantagens previstos na norma regulamentar anterior”, frisou em seu voto.

Sindicato derrota Bradesco na Justiça e consegue nova reintegração

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Rio conseguiu nova vitória na Justiça do Trabalho, garantindo mais uma reintegração no Bradesco. Desta vez foi o bancário Arnaldo Jorge da Silveira Barbosa.

O desembargador Rogério Lucas Martins destaca em sua decisão que o bancário era portador de doença ocupacional no momento da dispensa, comprovando com documentação os afastamentos decorrentes de LER/Dorts.

Além de garantir todas as verbas salariais e benefícios previstos na legislação

trabalhista, o magistrado determinou uma indenização de R\$30 mil.

“Nosso Departamento Jurídico estará sempre atento às demissões irregulares para garantir o emprego e os direitos da categoria”, disse o diretor Wanderlei Souza Ferreira.

“O Sindicato continuará denunciando o processo de dispensas nos bancos privados à sociedade com atividades nas agências e lutando na Justiça para reintegrar os bancários e bancárias”, esclarece o presidente da entidade, José Ferreira.

O caso ficou por conta da advogada do Sindicato e da AJS, Cristiane Damasco.

**BANCÁRIO**

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTB 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 11.000

Federa-RJ realiza reunião com Bradesco para cobrar demandas dos funcionários

A Federa-RJ (Federação Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores no Ramo Financeiro) realizou na última segunda-feira (9), pela manhã, uma reunião online com representantes do Bradesco para tratar de várias questões que prejudicam os bancários e bancárias do Bradesco.

DEFESA DOS EMPREGOS

O emprego foi um dos principais temas do encontro. “O fechamento de agências e as demissões estão entre as principais preocupações da categoria nos bancos privados em função do processo de extinção de agências físicas e cobramos o fim das demissões e a preservação dos empregos no Bradesco”, disse a presidenta da Federa-RJ, Adriana Nalesso, lembrando a situação de aflição em que vivem hoje os trabalhadores do setor financeiro com medo de perder o emprego.

Só na base do Município do Rio, de janeiro à novembro, 373 funcio-



nários foram dispensados no Bradesco.

Assédio moral, pressão psicológica e constrangimentos impostos aos empregados do banco também foram

cobrados pelos sindicalistas.

“A situação no Bradesco é insuportável. Todos os dias o Sindicato recebe denúncias de pressão por causa das metas. Há também muita reclama-

ção em relação ao Plano de Saúde dos trabalhadores, em função do descumprimento de vários médicos e clínicas”, relatou o diretor do Sindicato e membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Leuver Ludloff.

Outra preocupação dos funcionários é em relação ao exame demissional. O banco está exigindo o comparecimento para o exame em duas ou três horas após a demissão. “É desumano o que o Bradesco está fazendo. Estamos cobrando nestes casos ao menos 48 horas, pois o bancário já está deprimido com a perda do emprego. E queremos a suspensão das demissões”, acrescentou Leuver.

Atendimento à população - O Bradesco foi cobrado também pela falta de atendimento nos caixas presenciais, que o banco tem se negado a oferecer aos clientes e usuários. O banco disse que irá comunicar as regionais para que o direito ao atendimento seja garantido à população.

DINHEIRO FÁCIL

Itaú vai faturar mais R\$60 milhões com leilão de imóveis, inclusive agências fechadas no Rio

Sindicato critica banco por só pensar em acumular dinheiro e desprezar clientes e funcionários

O setor mais lucrativo do país, o sistema financeiro, não tem limites quando o assunto é lucrar mais e isto inclui extinção de agências físicas e demissões de funcionários.

E o Itaú Unibanco acaba faturando ainda mais com a venda de parte de seu patrimônio imobiliário, inclusive agências bancárias que o banco fechou.

Para embolsar mais R\$60 milhões, a maior instituição privada do Brasil vai leiloar 13 imóveis de uma só vez nesta semana, para acumular ainda mais dinheiro.

Os imóveis serão leiloados por meio de uma plataforma especializada.

Foto: Nando Neves



Atividade do Sindicato do Rio durante a campanha salarial 2024 contra o fechamento de agências e as demissões: Itaú não se importa com clientes e funcionários

O patrimônio inclui prédios, lojas e terrenos, como nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos

(SP), Brasília, Goiânia e interior de Paraná. No Rio de Janeiro serão leiloados imóveis de antigas agências

que foram extintas, uma no Leblon e outra na Rua México, no Centro, fechadas em 2021.

“Vivemos numa sociedade capitalista e lucrar faz parte do jogo, mas quando vemos os lucros e o faturamento com venda e leilões de patrimônio à custa do fechamento de unidades, o que prejudica a população com piora no atendimento presencial e inclui demissões que afetam um grande número de bancários e bancárias, fica claro que o Itaú não dá o menor valor para seus clientes e funcionários”, criticou o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Gilberto Leal.

Criar Brasil comemora os seus 30 anos

A Criar Brasil, organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua pela democratização da comunicação desde 1994, comemorou na última quinta-feira, dia 5 de dezembro, seus 30 anos de existência. O evento comemorativo ocorreu no antigo local da primeira sede da entidade,

em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Atualmente a ONG é coordenada pela jornalista Rosângela Fernandes, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social da UFRJ.

O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, José Ferreira, participou do evento.

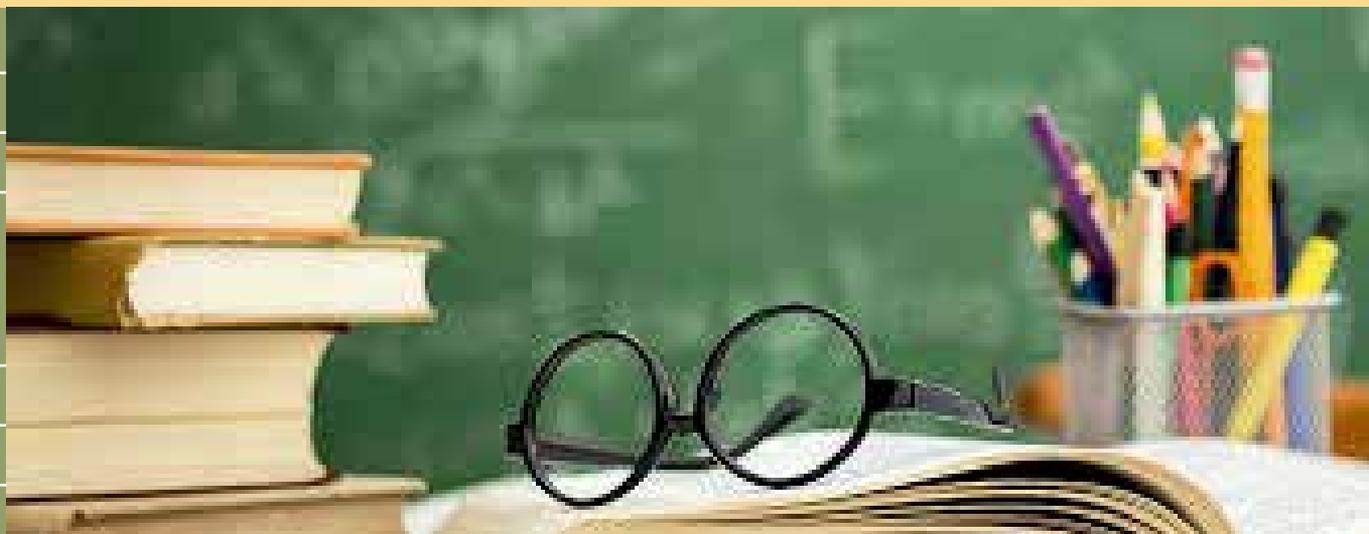
Foto: Nando Neves



O presidente do Sindicato José Ferreira junto com a equipe de profissionais da Criar Brasil, que comemorou os seus 30 anos

Elevação da carga horária de professores do Rio é mudança de quem não entende de educação

Ensino básico na capital e demais cidades do estado continua a ser ruim. Maior exploração dos profissionais pode piorar ainda mais a situação



A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, na noite da quinta-feira passada, dia 5 de dezembro, o projeto de lei de autoria do prefeito Eduardo Paes (PSD) que propõe mudanças no regime de trabalho e nas contratações no funcionalismo na cidade. Apesar da greve dos profissionais da educação e até da ocupação da Câmara por professores, o governo municipal manteve e aprovou a proposta sem dialogar com a categoria.

Os professores, com razão, criticam o projeto de Paes e alegam que a proposta aprovada pelos vereadores é de quem não entende a importância para a categoria, de minutos de descanso entre as aulas, que muitas vezes, acabam sendo utilizados para correção ou elaboração de provas em função da correria dos mestres para compor um número de aulas suficientes para suas sobrevivências.

O QUE MUDA

A contagem deixaria de ser por horas semanais e passaria a ser por minutos. O objetivo é recuperar os 400 minutos de aulas que deixam de ser dados pela aula ter 50 minutos de duração. Atualmente, os 50 minutos são contados como 1 hora/aula. Com a mudança, os professores teriam que dar 24 tempos a mais de aulas por mês.

A Licença Especial, também conhecida como licença-prêmio, permite que a cada 5 anos,

os servidores municipais tirem uma licença de 3 meses. Com a nova lei, essa licença será extinta. Em relação às férias, atualmente, os professores tiram férias junto com os alunos, em janeiro e julho, somando mais de 30 dias de férias. Com o PL, o professor poderia fracionar as férias em até três vezes se ele achar necessário, contudo, só teria direito aos 30 dias de descanso. O professor só terá direito a férias após 365 dias de trabalho. Ou seja, o trabalhador que acabou de ingressar na rede terá que trabalhar em janeiro e julho, mesmo durante o período de recesso escolar.

Outro problema apontado pelos professores é o desvio de função: o novo texto prevê a "atualização das atividades do cargo ou emprego público ocupado pelo funcionário". Segundo o projeto, o servidor não poderia alegar desvio de função, caso seja designado para outras atribuições. Atualmente a legislação diz apenas que é 'vedado atribuir ao funcionário atribuições diversas ao do seu cargo'.

A nova lei aumenta ainda de dois para três anos o período de estágio probatório dos servidores municipais.

Fato é que a educação pública no Rio de Janeiro, que patina no ranking nacional pela precariedade, tende a piorar ainda mais com a carga horária maior para uma categoria que precisa de tempo para estudar, se qualificar e preparar as aulas. Lamentável.

